

POLÍTICA

politica@jj.com.br



PAULO BEHR FERRO
pferro@jj.com.br

Vergonha

O jornalista Milton Neves salientou ontem que daria contribuição ao Grendacc se o apresentador jundiáense Milton Leite oferecesse R\$ 200 mil que recebe em merchandising à instituição. A briga dos dois grandes jornalistas infelizmente roubou a cena ontem, quando o hospital da criança com câncer ainda precisava de recursos para manter sua UTI aberta. **(A.G.)**

Tribuna livre

Até o fechamento desta edição, haviam feito inscrição prévia para falar na Tribuna Livre da sessão da Câmara de Jundiá desta terça (4) Iranilton Matias Uchoa e Gilberto Ângelo Oliveira. O primeiro abordará a atual crise envolvendo táxi, profissionais da Uber e carros clandestinos. Iranilton pedirá melhorias no setor. Já Gilberto falará dos rumos da educação em Jundiá.

Louveira

Os vereadores de Louveira aprovaram na semana passada, por unanimidade, um projeto de lei do Executivo que altera a lei sobre o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) existente no município. O programa estabelece as condições de uso, recuperação e proteção de áreas de mananciais da cidade, garantindo o incentivo ao produtor rural na preservação de áreas que protegem os recursos hídricos.

Contrapartida

Com a mudança, os produtores que se enquadram no programa poderão receber contrapartida financeira por três anos. A nova redação da lei permite que o pagamento seja feito em 3 parcelas anuais: a primeira, em 30 dias após a assinatura do termo de adesão, e as outras duas nos décimos terceiros meses subsequentes. O vereador Laércio Neris (PTB) defendeu a proposta e acha que o PSA é um exemplo para outras cidades.

Parceria

Na manhã de sexta-feira (30), o presidente da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral), Wanderley Oliveira, o prefeito de Jundiá, Luiz Fernando Machado, e o presidente da Câmara, Gustavo Martinelli, se reuniram na TVE para falar sobre uma parceria a ser firmada em breve. O 1º passo do acordo foi a adesão da TV Câmara à Astral, que reúne emissoras legislativas do país para compartilhar conteúdo de interesse público.

TVE

O próximo passo da parceria será o convênio entre a TV Câmara e a TVE para o compartilhamento de conteúdo e a união de esforços, equipamentos e mão de obra, visando criar mais conteúdos locais que atendam às necessidades da população de Jundiá. Os termos do convênio tramitam no setor jurídico da prefeitura e, em breve, o documento estará pronto para ser assinado.

▶ HOJE TEM SESSÃO, ÀS 18H

Projeto de lei 12.246 será apreciado pelos vereadores e indica um orçamento para o ano que vem de R\$ 2,19 bilhões

Câmara vota LDO, que prevê investimentos de R\$ 90 milhões

PAULO BEHR FERRO
pferro@jj.com.br

Em sua penúltima sessão ordinária antes do recesso de meio de ano, a Câmara de Jundiá aprecia e vota nesta terça-feira (4), às 18h, o projeto de lei (PL) 12.246/2017, do prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB). A proposta nada mais é que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), um “rascunho” do total que o chefe do Executivo e sua equipe vão gerir no ano que vem e estabelece uma previsão de orçamento de R\$ 2,19 bilhões, cifra bem parecida com o montante de 2017. A expectativa é que a atual administração da cidade tenha R\$ 90 milhões para novos investimentos, segundo o gestor de Governo e Finanças de Jundiá, José Antonio Parimoschi.

“A ideia é priorizar os setores de mobilidade e transportes”, conta. Parimoschi ressaltou que a LDO é um parâmetro de recursos a serem aplicados em 2018 e espera poder contar com verbas estaduais e federais, visando ampliar as melhorias



PROJETO DO EXECUTIVO Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) passará por apreciação dos vereadores e tendência é ser aprovada

em outras áreas. “Buscaremos mais dinheiro pensando nos outros projetos do prefeito Luiz Fernando Machado para a Saúde e a Segurança Pública, entre outras áreas”.

Parimoschi também des-

tacou que a administração do prefeito tucano estima aplicar em Saúde e Educação uma cifra bem acima do mínimo exigido por lei, que é de 15% e 25%, respectivamente. Em 2018, a projeção é chegar

a 29% na Saúde e 32% na Educação. “Temos boa expectativa no desembargo de recursos junto ao Ministério das Cidades para o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos). O projeto foi suspenso, mas agora acreditamos

que no ano que vem possamos finalmente vê-lo sair do papel”, diz.

Gestão responsável

Na audiência pública do dia 8 de junho, na Câmara, o gestor apresentou dados pouco animadores da situação financeira da cidade, em decorrência da crise econômica brasileira. Segundo Parimoschi, o atual governo vai cumprir o compromisso do prefeito Luiz Fernando Machado de promover uma gestão fiscal responsável e transparente dos recursos públicos. “Todos os projetos serão definidos em bases sólidas e as metas fiscais de arrecadação e de despesa para 2018 têm como bases a realidade do cenário econômico do País e as prioridades dos cidadãos”, afirmou o gestor, na ocasião.

Volta em 1º de agosto

Depois da sessão desta terça-feira (4), a Câmara Municipal finaliza os trabalhos do primeiro semestre no dia 11 de julho e sai para o recesso de meio de ano. O retorno dos vereadores às atividades acontecerá no dia 1º de agosto, às 18h.

▶ PRISÃO PREVENTIVA

Geddel é preso pela PF sob suspeita de obstruir investigação

O ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB) foi preso nesta segunda (3) pela Polícia Federal, na Bahia. A prisão é preventiva, ou seja, sem tempo determinado de duração, e foi determinada a pedido do Ministério Público e da Polícia Federal, para quem o ex-ministro de Michel Temer tentou atrapalhar as investigações.

A Polícia Federal deflagrou em janeiro a operação Cui Bono? (“A quem beneficia?”, em latim), que mirava Geddel e sua gestão na vice-presidência de pessoa jurídica na Caixa Econômica Federal, entre 2011 e 2013.

A investigação começou a partir de elementos colhidos em um antigo celular do ex-presidente da Câmara

dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

De acordo com nota da Procuradoria da República no Distrito Federal, a prisão “tem como fundamento elementos reunidos a partir de informações fornecidas em depoimentos recentes do doleiro Lúcio Bolonha Funaro, do empresário Joesley Batista e do diretor jurídico do grupo J&F, Francisco de Assis e Silva”.

Segundo a Procuradoria, o “objetivo de Geddel seria evitar que o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e o próprio Lúcio Funaro firmem acordo de colaboração com o Ministério Público Federal. Para isso, tem atuado no sentido de assegurar que ambos rece-

bam vantagens indevidas, além de monitorar o comportamento do doleiro para constrangê-lo a não fechar o acordo.”

Em reportagem publicada no último dia 21, a reportagem mostrou que Funaro, preso pela Operação Lava Jato, entregou à PF registros de chamadas telefônicas que Geddel fez para sua mulher, Raquel, por meio do aplicativo WhatsApp. Na versão do operador, Geddel ligou para sua mulher várias vezes “sondando” sobre a possibilidade de ele, Funaro, fechar acordo de delação. Os registros das ligações mostram 12 ligações de “Carainho” - apelidado dado a Geddel na agenda telefônica de Ra-



EX-MINISTRO Geddel Vieira Lima teve prisão determinada a pedido do MP

quel - em oito dias diferentes, após a imprensa divulgar a delação da JBS.

O número atribuído a “Carainho” na agenda,

com código de área de Salvador, coincide com o número de celular de Geddel, segundo a Folha apurou. (Folhapress)

▶ NA CCJ

Temer atuará sobre indecisos para tentar conseguir 40 votos

Na tentativa de demonstrar força política para barrar a denúncia em plenário, o presidente Michel Temer deve atuar pessoalmente nas próximas duas semanas para conquistar votos de parlamentares indecisos na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

Pelo cálculo do Palácio do Planalto, hoje o presidente conta com o apoio de 34 dos 66 deputados federais titulares da comissão parlamentar. A meta é ter pelo menos 40 votos, o que daria uma margem de segurança para obter um relatório favorável contra a denúncia por corrupção passiva.

O governo peemedebista estima haver 18 deputados federais da base aliada indecisos, de partidos como PSDB, PSD, DEM e PR. A ideia é que o peemedebista se reúna pessoalmente com aqueles que o Palácio do Planalto identifica tendência de voto favorável ao peemedebista. O foco de atuação do peemedebista será parlamentares da base de aliada de partidos como PSDB, PSD, DEM e PR. A ideia é que o peemedebista se reúna pessoalmente com os parlamentares indecisos em relação aos quais o Palácio do Planalto identifica tendência de voto favorável ao peemedebista.

Os ministros da área política também participarão da ofensiva. Na semana passada, o presidente prorrogou prazo de pagamento de emendas parlamentares impositivas referentes ao exercício financeiro de 2015. Para aprovar um eventual relatório contra o prosseguimento da denúncia, o presidente precisa da maioria simples dos presentes na sessão parlamentar.

Como mostrou levantamento feito pela Folha de S.Paulo, a base governista, no entanto, tem evitado declarar apoio ao presidente na votação da denúncia criminal apresentada pela PGR (Procuradoria-Geral da República).

▶ MISSÃO OFICIAL

Maia viaja e evita assumir presidência

Primeiro nome da linha sucessória do país, Rodrigo Maia (DEM-RJ) deve ir à Argentina em missão oficial no fim desta semana e evitará substituir Michel Temer no Palácio do Planalto durante a viagem do presidente à Alemanha para o encontro do G20.

Esta seria a primeira vez que Maia assumiria o comando do Palácio do Planalto desde que a PGR (Procuradoria-Geral da República) apresentou uma denúncia contra Temer por corrupção passiva, a partir de delações de executivos da JBS. Citado entre parlamentares e líderes como possível sucessor de Temer em caso de queda, Maia tem adota-

do uma postura de cautela diante da crise política.

Ele engavetou, por exemplo, 24 pedidos de impeachment contra Temer e tem evitado se expor em articulações sobre a votação da denúncia de corrupção contra o presidente. Com a ausência de Maia, o Palácio do Planalto deve ser ocupado pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), também aliado de Temer. Segundo a reportagem apurou, Maia deve embarcar para Buenos Aires na quinta-feira (6) e retornar ao Brasil no sábado (8), mesmas datas da viagem de Temer a Hamburgo para o encontro dos chefes de governo.